

Sociedad e Infancias

ISSN: 2531-0720

<http://dx.doi.org/10.5209/SOCI.56363>EDICIONES
COMPLUTENSE

Figuras da criança na sociologia da infância em Portugal

Manuel Jacinto Sarmiento¹; Natália Fernandes²; Catarina Tomás³

Recibido: 30 de mayo de 2017 / Aceptado: 13 de julio de 2017

Resumen. A sociologia da infância é uma disciplina que em Portugal tem duas décadas de existência, desde o surgimento do primeiro trabalho que se reivindica desta área científica. Enquanto disciplina das ciências sociais não deixa de refletir as especificidades da formação social onde radica, bem como a da língua em que maioritariamente se expressa. Apesar da sua forte articulação com a sociologia da infância de outros universos linguísticos, o trabalho teórico de duas décadas não deixa de ser marcado por especificidades temáticas, teóricas e metodológicas. Mais do que fazer um balanço do trabalho no campo ou proceder ao levantamento das suas produções, este artigo preocupa-se em sinalizar as “figuras de criança”, isto é, os constructos através dos quais são pensadas as crianças, os quais emanam da produção teórica e se articulam com a produção normativa sobre as crianças, com incidência na construção das políticas públicas e nas práticas sociais e profissionais.

Palavras-chave: Figuras de criança; sociologia da infância; Portugal.

[es] Figuras de niños y niñas en la sociología de la infancia en Portugal

Resumen. La sociología de la infancia es una disciplina que tiene dos décadas de existencia en Portugal, desde la aparición del primer trabajo que se reivindica como parte de este campo científico. En tanto que disciplina de las ciencias sociales, refleja las especificidades de la formación social en la que está enraizada, así como las de la lengua en la que se expresa mayoritariamente. A pesar de su estrecho vínculo con la sociología de la infancia de otros universos lingüísticos, el trabajo teórico de estas dos décadas continúa marcado por especificidades temáticas, teóricas y metodológicas. Pero este artículo no se preocupa tanto por realizar un balance del trabajo en este campo o por presentar sus principales producciones, sino por señalar las “figuras de la infancia”. Es decir, los constructos a través de los cuales se piensan los niños y niñas, que se derivan de la producción teórica y se articulan con la producción normativa sobre ellos y ellas. Dichas figuras inciden en la elaboración de las políticas públicas y en las prácticas sociales y profesionales.

Palabras clave: Figuras de los niños y niñas; sociología de la infancia; Portugal.

[en] Child Figures in the Sociology of Childhood in Portugal

Abstract. The sociology of childhood is a discipline that was born in Portugal two decades ago, since the publication of the first work that claimed to belong to this scientific area. As a discipline of the

¹ Instituto de Educação. Universidade do Minho
E-mail: sarmiento@ie.uminho.pt

² Instituto de Educação. Universidade do Minho
E-mail: natfs@ie.uminho.pt

³ Instituto Politécnico de Lisboa
E-mail: catarinatomas@gmail.com

social sciences, it reflects the specificities of the social formation where it resides, as well as that of the language in which it is mostly expressed. Despite its strong articulation with the sociology of childhood developed in other linguistic universes, the theoretical work of these two decades is still defined by thematic, theoretical and methodological specificities. Rather than to present the work that has been carried out in this field of research, or to survey its productions, this article is concerned with pointing out the "child figures", that is, the constructs through which children are thought. These "figures" are the result of the theoretical work and are articulated with the normative production about children, and have an impact on policy making and on social and professional practices.

Keywords: Child figures; sociology of childhood; Portugal.

Sumario. 1. Introdução 2. A produção científica e normativa das "figuras de criança". 3. Figuras de criança na sociologia da infância em Portugal. 3.1. A criança pública. 3.2. A criança sujeito de direitos. 3.3. A criança e seus ofícios. 3.4. A criança em risco. 3.5. A criança produtora de cultura. 3.6. A criança cosmopolita. 4. Conclusões. 5. Referências bibliográficas.

Cómo citar: Sarmiento, M. J., Fernandes, N., Tomás, C. (2017): Figuras da criança na sociologia da infância em Portugal, *Sociedad e Infancias*, 1, 39-60.

1. Introdução

Não é certamente por todos reconhecida a existência de variáveis conceituais e acadêmicas no trabalho científico em função da pertença dos/as investigadores/as a um determinado país ou comunidade linguística. Com efeito, a universalização do conhecimento e a transversalidade territorial e linguística dos paradigmas e abordagens científicas dificilmente permitiriam que se falasse, por exemplo, de uma biologia escandinava ou de neurociências da Europa de leste ou ainda de uma linguística teórica chinesa. No passado, o especial desenvolvimento de determinadas áreas de pensamento ou investigação em algumas universidades ou zonas do globo tornaram possível a afirmação de algumas teorias ou abordagens que foram referenciadas pelo seu contexto geográfico de emergência, como, por exemplo, o "formalismo russo" ou a "escola de Frankfurt" ou, ainda, a "escola de Viena de psicanálise". Mas esses referenciais reportam-se mais a teorias consistentemente formuladas por um conjunto de investigadores associados numa dada comunidade científica, do que a toda uma área de saber ou disciplina científica. Por isso, é provavelmente inadequado falar-se de uma sociologia da infância portuguesa ou lusófona, ou de qualquer outro país ou língua.

Não obstante, os contextos sociais de emergência da produção científica fazem sentir o seu peso na agenda e nas abordagens que a pesquisa científica produz. Poderão, por isso, prevalecer determinadas temáticas ou orientações teóricas e metodológicas que são territorialmente originadas, tendo como causa da sua emergência a prevalência de problemas sociais que "forçam" a uma orientação do olhar, ou, então, uma especial tradição sobre o modo de fazer ciência, decorrente precisamente de escolas de pensamento aí enraizadas, ou ainda à especial conjugação de circunstâncias históricas ou académicas (por exemplo, a existência de relações coloniais, no passado, ou o intercâmbio privilegiado com alguns/mas cientistas de referência) que dão "a cor local" à ciência que se pratica. É mais provável que particularismos históricos e sociais sejam tornados visíveis na produção científica em ciências sociais

do que noutras áreas do conhecimento: a permeabilidade à história e à sociedade é constitutiva destas ciências, apesar da universalidade dos paradigmas e das teorias principais.

Há, aliás, alguma vantagem no reconhecimento e na afirmação de variantes contextuais (territoriais e linguísticas) na produção científica, pelo menos nas ciências sociais e humanas. Em primeiro lugar, pelo facto das produções científicas refletirem e serem constitutivas de uma reflexividade institucional (Beck, Giddens e Lash, 1997) ancorada nas realidades sociais que a originam; estabelece-se, deste modo, um efeito de dupla incidência da realidade na produção do conhecimento e do conhecimento na racionalização dos comportamentos e ações sociais. Em segundo lugar, o pensamento é expresso através da linguagem e os contributos científicos ganham da plasticidade, da capacidade de referenciação e da estrutura semântica e sintática das diferentes línguas. Não há uma completa e verdadeira tradução entre as línguas. Isto, que é consensual no domínio da literatura, permitindo considerar como património universal a indiscutível diversidade das formas de expressão da experiência humana nas distintas literaturas nacionais, é igualmente importante no domínio da produção científica. A redução a uma língua padrão única na produção científica – tendência hegemónica que, no domínio da ciência, reflete a dominação económica e cultural dos países anglo-saxónicos, especialmente dos Estados Unidos da América – empobrece o pensamento humano e afeta poderosamente a possibilidade de uma ciência atenta à diversidade da existência e das culturas e capaz de refletir em todos os seus matizes as mais diversas formas de pensamento.

Este texto fala da sociologia da infância em Portugal como uma área de conhecimento científico que toma por objeto a infância e as crianças e é constituída a partir das condições sociais de produção do conhecimento científico deste país ibérico.

Afastadas da academia e reprimidas pela suspeita de trazerem a “subversão social”, as ciências sociais em Portugal viveram um alargado período de hibernação – ou, nos melhores casos, de resistência semiclandestina – durante o tempo de dominação da ditadura fascista (1926-1974). Despertadas com a revolução do 25 de abril de 1974⁴, as ciências sociais em Portugal procuraram interrogar desde cedo as razões deste ser o país com a mais prolongada ditadura de pendor nacionalista na Europa, uma das últimas a ser vencida pela democracia, e a última potência colonial. Simultaneamente, a transformação económica, política e social do país orientou fortemente os primeiros trabalhos sociológicos para o estudo das realidades emergentes e as suas dinâmicas sociais. A análise das condições sociais de Portugal da transição democrática, não obstante, é fortemente contagiada por uma perspetiva cosmopolítica, e por uma orientação científica profundamente influenciada pelo diálogo científico com diferentes escolas de pensamento europeus, em parte decorrente da realização de estudos de doutoramento da nova geração de cientistas sociais em universidades francesas, inglesas, suíças, entre outras.

A sociologia da infância emerge mais tardiamente. Apenas no final dos anos 90 é publicada a primeira obra que se reporta expressamente ao campo da sociologia da infância (Pinto e Sarmiento, 1997). A partir de contributos que primordialmente se si-

⁴ A Revolução de 25 de Abril, também referida como Revolução dos Cravos e o Dia da Liberdade, refere-se a um período da história resultante de um movimento social, ocorrido em 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático.

tuavam nos domínios da sociologia da comunicação (Pinto, 2000), da sociologia da família (Almeida *et al.*, 1999; Wall, 1998) ou da sociologia da educação (Sarmiento, 2000a; Ferreira, 2003), a sociologia da infância em Portugal desenvolveu-se no início deste século, tendo criado os seus programas de formação doutoral e estabelecido vínculos consistentes com as principais organizações internacionais de sociologia e os seus respetivos comités de investigação (European Sociological Association -ESA, International Sociological Association -ISA e Association Internationale de Sociologues de Langue Française -AISLF). A especificidade da produção portuguesa em sociologia da infância é apresentada de forma necessariamente abreviada neste texto.

A orientação deste artigo rege-se pela preocupação primordial de dar conta dos modos como a infância tem vindo a ser teorizada. O conceito de “figura de criança” serve-nos para ilustrar esse constructo de uma infância sociologicamente interpretada e construída, a partir das formulações normativas produzidas pelas e nas instituições sociais, mas também a partir das práticas sociais das crianças e da sua ação na sociedade.

Depois de uma breve apresentação do processo de construção das “figuras”, detalharemos a nossa análise nas figuras da: criança pública; criança sujeito de direitos; criança e seus ofícios; criança em risco; criança produtora de cultura; criança cosmopolita.

Não tendo este trabalho uma preocupação de exaustividade, as referências a seguir coligidas têm como principal preocupação ilustrar a produção científica de um campo em expansão e o modo a partir do qual “constrói” a infância enquanto referente da reflexividade institucional e da intervenção política e social assistida pelo conhecimento.

O corpus analítico recai sobre o período compreendido entre a publicação da primeira obra de referência em Portugal, publicada em 1997 e designada de Crianças: contextos e identidades, que teve como organizadores Pinto e Sarmiento e o ano de 2017, na tentativa de abarcar o período de desenvolvimento da sociologia da infância em Portugal. Optou-se por considerar nesta análise um conjunto diversificado de documentos: dissertações de mestrado, teses de doutoramento, artigos científicos e livros, publicados em língua portuguesa. As teses e dissertações analisadas dizem respeito a trabalhos que constam do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal e acessíveis a partir dos repositórios institucionais das diferentes instituições de ensino superior portuguesas. As palavras-chave utilizadas foram: infância, criança e sociologia da infância. Os procedimentos de recolha de informação envolveram as seguintes etapas: identificação das teses e dissertações no RCAAP e repositórios das instituições de ensino superior; identificação de livros, capítulos de livros e artigos, publicados com referência explícita à sociologia da infância em Portugal; o mapeamento de eventos científicos e respetivos livros de atas, com um enfoque explícito na sociologia da infância; e a construção de uma base de dados onde constavam todas estas fontes, de modo a cartografar as “figuras de criança”.

2. A produção científica e normativa das “figuras de criança”

O conceito de “figura” deve a sua popularidade ao autor da narratologia Gérard Genette (1966-2002). Através da figura estrutura-se retoricamente o pensamento e permite-se

fazer avançar a evocação do tempo, dos acontecimentos e das situações. A figura é sempre uma construção. Ela emana tanto das regras de estruturação discursiva (toda a figura se inscreve numa retórica que tanto configura como permite a expressividade da linguagem) quanto da inventividade, digamos disruptiva, do seu criador.

Ao falarmos em figuras de criança, referimo-nos ao ato de construção teórica de formas discursivas através das quais se “fixam” determinados referentes caracterizadores das crianças. A “figura” tem sempre algo de lúdico e de criativo, dado que ela positiva a criatividade expressiva. Só por si isso aproxima a palavra do universo infantil. Aliás, as crianças têm por prática “trocar figurinhas”, isto é fazer o livre intercâmbio de cromos ou de outros artefactos, normalmente em papel, que juntam em coleção. A figura emana do narrativo e do ficcional, é uma forma de figuração, ou de construção de uma linguagem figurada.

Não se pense, porém, que se trata de referir uma produção literária sobre a infância, mesmo se é verdade que as crianças em Portugal, muito antes de serem teorizadas pelas ciências sociais, ocuparam o lugar insubstituível de metáfora poética na obra de muita da poesia portuguesa, especialmente no século XX, de Fernando Pessoa a Ruy Belo e de Sofia de Melo Breyner Andersen a Herberto Helder. A construção das figuras de criança emana, outrossim, de uma tradição sociológica que reconhece nos tipos ideais de Weber (2004 [1922]) a forma de abstração necessária para dar conta da complexidade da ação social e que vislumbra em Mills (1972) o direito à imaginação sociológica, como possibilidade de uma ciência atenta à razão sensível.

As figuras de criança são, portanto, formas de formulação não ficcionais, mas abstratas, fundadas na sistematização do conhecimento produzido pela sociologia que se ocupa da infância enquanto condição social e das crianças como atores sociais concretos.

As figuras da criança em Portugal resultam das especificidades da construção científica da sociologia da infância neste país. Referimo-nos já, atrás, a algumas dessas especificidades. Reportando-se, mais do que a um referente territorial a uma ligação linguística, Sirota apresenta, num trabalho comparativo da sociologia da infância de vários contextos internacionais, a sociologia da infância de expressão portuguesa nos seguintes termos:

O polo lusófono é um dos poucos campos que traduz e publica tanto textos de origem anglófona como francófona, conjugando referências dos três espaços linguísticos [...]. Um aspeto muito especial e intenso consiste na organização das conferências lusófonas que reúnem investigadores brasileiros e portugueses.

Os regimes de visibilidade atribuídos à criança são bastante específicos, devido aos contextos sociopolíticos particulares desses países. A figura da infância pobre é dominante, como uma componente estrutural das desigualdades sociais, e a defesa de uma causa social pelas crianças é particularmente importante.

Fim dos regimes ditatoriais, desenvolvimento dos BRIC [Brasil, Rússia, Índia e China], mudanças rápidas na legislação, investimento em políticas de desenvolvimento, especialmente as dedicadas à infância, reconhecimento da Convenção sobre os Direitos da Criança, tudo isto influencia fortemente quer a investigação quer a política social.

A situação da infância, muitas vezes considerado como crítica e como um problema social, tem impulsionado uma especial atenção à exclusão de infância e das

crianças, dos meninos de rua ao trabalho infantil. É feita uma articulação entre a sociologia interpretativa e sociologia crítica, de forma a compreender a infância como um grupo social oprimido e a criança como ator social e sujeito de direitos. Abrindo-se, assim, à pluridisciplinaridade das ciências sociais. (Sirota, 2012: 10)

Identificamos nesta visão oriundo de um olhar exterior mas informado – e, por isso mesmo, particularmente propício para nos reconhecermos nele como espelho – algumas das condições específicas que configuram o campo de produção da sociologia da infância lusófono. Apesar de neste texto nos atermos estritamente à produção científica realizada em Portugal⁵, ela não deixa de ser profundamente influenciada pelo contexto linguístico donde emerge. É, portanto, legítima a intenção da socióloga francesa em problematizar a sociologia lusófona a partir do seu contexto linguístico de origem.

As figuras da infância resultam, portanto, prioritariamente das condições sociais de produção do conhecimento sociológico e estas estão associadas às características da formação social em que radica. Nestas características não é legítimo fazer-se economia da especificidade da generatividade (Honig, 2009) em Portugal. A construção histórica, continuamente reinvestida nas relações sociais entre gerações, das diferenças entre crianças e adultos e do estatuto social da infância encontra condições particulares de existência em cada país. Ela é marcada pela cultura e pela tradição, tanto quanto pelas relações de produção e pelas práticas de afiliação.

Se a modernidade ocidental produziu uma norma hegemónica da infância (a criança é simultaneamente considerada vulnerável e sujeito de direitos, vivendo sob controlo dos adultos nas duas instituições fundamentais que são contextos de socialização: a família nuclear e a escola), nem por isso ela é exclusiva. Mais do que uma norma, a infância carece de ser teorizada a partir da análise do processo de normatividade infantil, que é variável com o espaço-tempo das crianças e a sua pertença de classe, étnica e cultural, regional e mesmo de género, ability ou subgrupo etária (Marchi e Sarmiento, 2017).

Deste modo, as figuras de criança são o resultado do encontro da construção científica em sociologia da infância com a realidade empírica das crianças em Portugal, atendendo à diversidade destas e às especificidades do processo complexo de generatividade e de normatividade da infância no país. Enquanto processo constitutivo da reflexividade institucional sobre a infância em Portugal, esse labor teórico contribui também para a renovação dos modos de pensar e de agir com as crianças e, portanto, para a constituição da infância portuguesa como realidade social própria.

A figura tem, afinal, essa capacidade de reverter para o real e, de algum modo, construir aquilo que supostamente apenas simboliza.

⁵ Não consideraremos neste texto a produção científica realizada por investigadores/as brasileiros/as nas universidades portuguesas (o que merecerá certamente outro texto com outros contornos e referências) apesar da importância que esses estudos têm não apenas para o conhecimento das crianças brasileiras mas para o conhecimento sociológico da infância, em geral. Tampouco consideraremos a produção sobre crianças de outros contextos geográficos (por exemplo África), o que merecerá igualmente um tratamento específico.

3. Figuras de criança na sociologia da infância em Portugal

3.1. A criança pública

A visibilidade da infância em Portugal desenvolveu-se, no último quarto do século, essencialmente, pelo lado da exposição da sua situação à crise social. Entre a esperança de uma renovação da condição semiperiférica do país, pelo acréscimo de qualificações das novas gerações e o horror da violência e do sofrimento, vítima da pobreza e de abusos, a imagem da criança portuguesa oscila entre o polo da redenção social e o polo da tragédia. Contribuem para esta última imagem a sucessão de um conjunto de acontecimentos especialmente graves, que agitaram a sociedade portuguesa. Desde logo, a longa sucessão de abusos sexuais de crianças acolhidas na instituição pública Casa Pia de Lisboa, por personagens das elites sociais, organizados em rede de exploração sexual das crianças. Este processo, revelado nos primeiros anos do século, arrastou-se na comunicação social e levou à condenação judicial dos seus principais protagonistas. Depois, a notícia de maus tratos parentais e de violência contra crianças, levando-as, com inusitada frequência, à morte. O caso Maddie (criança inglesa desaparecida no Algarve e de que se desconhece ainda hoje o paradeiro) foi também (e continua sendo) forte motivo de mobilização mediática nacional e internacional. Finalmente, a pobreza infantil ocupa muitas das preocupações coletivas, pelo facto dela ser proporcionalmente superior à pobreza da população adulta.

A atenção mediática prestada à infância mereceu alguns trabalhos de referência, que cruzam a sociologia da infância com a sociologia das comunicações (Ponte, 2005; Marôpo, 2010). A criança não é quase nunca notícia por aquilo que faz, que pensa ou que sente; tampouco são as ações das crianças que mais emergem nos meios de comunicação social. São sobretudo, as ações dos adultos sobre as crianças e, especialmente – quando não se referem a decisões de natureza política que tenham como destinatárias as crianças – aquelas que exprimem formas de violência, opressão e exploração. A criança publicada traz as marcas negras da violência social.

A figura da criança pública confunde-se frequentemente com a da criança em risco, vítima de pobreza e de exclusão, objeto de negligências e maus tratos, mobilizadora de cuidados e de medidas específicas de política. A sociologia da infância portuguesa tem dedicado parte do seu labor a estas temáticas, sendo relativamente importante a evidência empírica e a dimensão de proposta política que está associada a estes trabalhos (ver, mais adiante a figura da criança em risco). A criança pública tem, todavia, uma outra dimensão enquanto figura analítica; trata-se da presença da indagação sobre o lugar da criança no espaço público. Este tema é relativamente novo e isso decorre da própria condição social da infância (Almeida, 2009). Afastada, desde o dealbar da modernidade para a condição de ser pré-social, acantonada por isso ao espaço doméstico ou à instituição escolar, o caráter público da infância emerge na afirmação da criança como sujeito de direitos. Este estatuto desenvolve-se, em simultâneo, com a afirmação dos direitos das mulheres, registando-se um movimento, se não comum pelo menos convergente, pela emancipação de mulheres e crianças face ao paternalismo e ao patriarcalismo. Este movimento recoloca a criança na condição plena de membro da sociedade. Se isso não significa o reconhe-

cimento social da criança como sujeito político (a sociologia da infância terá ainda passos significativos a dar para construir a figura da criança política...), pelo menos realça a dimensão pública e o estatuto público da infância.

A criança pública, todavia, assume uma especial relevância quando são considerados dois aspetos centrais: a criança como sujeito no espaço público e a criança como objeto de políticas públicas, sociologicamente analisadas e/ou sustentadas.

A análise da criança como sujeito no espaço público merece particular atenção nos estudos sociológicos sobre a criança na cidade. A adesão de municípios portugueses ao estatuto de Cidades Amigas das Crianças ou Cidades Educadoras tem merecido alguma atenção académica, com estudos que com frequência se estruturam em torno de investigações-ação. Dentre eles, a investigação de Trevisan (2014) debruça-se sobre os modos de construção dos processos participativos das crianças na cidade, desmontando metodologias de cooptação, através de formas “tokémicas” de envolvimento das crianças, sublinhando, em alternativa, a necessidade de serem considerados os fatores estruturais na constituição dos contextos de participação, a diversidade dos modos de ação das crianças e a natureza da interação criança-adulto nos contextos de existência da criança e no espaço urbano. A participação não é uma concessão feita às crianças mas um modo de regulação do processo decisional sobre a vida em comum, que exige competências próprias tanto dos adultos quanto das crianças.

Numa outra vertente, alguns estudos debruçam-se sobre as condições de vida das crianças em bairros sociais, frequentemente retratados como territórios de exclusão, onde os quotidianos são marcados por situações de privação de direitos e de violência, sendo as ações das crianças fortemente constringidas. Através de um vasto trabalho empírico, onde se destacam as metodologias visuais (comuns, de resto, na investigação de cariz etnográfico na sociologia da infância portuguesa), Carvalho (2003; 2013a), revela como se tecem os quotidianos de crianças nas margens urbanas e Samagaio (2017) torna clara a ação das crianças na participação em programas de política pública de intervenção nos bairros sociais.

A reivindicação da participação da criança no espaço público constitui-se como uma dimensão dos estudos sociológicos sobre a criança na cidade. Este trabalho tem tido um impacto significativo no modo como as políticas a nível local têm vindo nos últimos tempos a considerar a participação das gerações mais novas no espaço urbano⁶.

Este último aspeto articula-se com a outra dimensão da construção sociológica da figura da criança pública: a participação da sociologia da infância na avaliação e construção das políticas públicas da infância. Sem que a sociologia da infância portuguesa, em geral, se reivindique da sociologia pública (Burawoy, 2005), a verdade é que a ligação com a construção das políticas públicas, seja no plano local, seja no plano nacional, tem estado presente. De resto, o caráter “engagé” da sociologia da infância na promoção de políticas públicas alinhadas com os direitos da criança tem sido objeto de reflexão e debate no interior do campo (Almeida, 2009; Sarmiento, 2013a).

Entre os estudos de avaliação e proposta de políticas para a infância, merecem referência os trabalhos sociologicamente orientados de avaliação do programa na-

⁶ Ver a propósito a Carta da Cidadania Infantojuvenil (Carta), um documento de definição estratégica da promoção dos direitos das crianças e dos jovens no Município de Guimarães (Sarmiento et al., 2016): <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/44285/1/Carta%20Final.pdf>

cional de proteção das crianças em risco (Torres *et al.*, 2010), a avaliação do Programa para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (Sarmiento *et al.*, 2005), os estudos sobre o sistema de acolhimento residencial em Portugal (Carvalho, 2013b), bem como as propostas de estratégia para o combate à pobreza infantil (Sarmiento e Veiga, 2010).

Em suma, a construção da figura da criança pública se emerge inicialmente como um constructo dos *media*, pontuado pela tragédia das condições de existência das crianças violadas nos seus direitos, ela encontra na sociologia da infância não apenas o trabalho de desconstrução das narrativas mediáticas mas também a investigação sobre as possibilidades da afirmação das crianças no espaço público, nomeadamente na cidade, e na construção das políticas públicas para a infância.

3.2. A criança sujeito de direitos: o exercício dos direitos em Portugal, a participação infantil

A imagem da criança como sujeito ativo de direitos, legitimada a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), encontrou em Portugal um desenvolvimento importante a partir da área da sociologia da infância.

Os direitos da criança constituem um referencial de ação jurídica e social, sendo a sua análise crítica um aspeto fundamental do trabalho analítico acerca do grupo geracional da infância. O trabalho que tem sido desenvolvido orienta-se no sentido de identificar os modos como as crianças se apropriam dos direitos, desenvolvendo um juízo crítico sobre as condições da produção de políticas promotoras do bem-estar e da cidadania infantil. Em especial, o debate crítico sobre as potencialidades dos direitos participativos das crianças tem vindo a afirmar-se como um aspeto central para sustentar o desenvolvimento de uma condição social mais liberta da dominação paternalista e respeitadora de um exercício mais vivido da sua condição de sujeitos ativos de direitos.

Datam de finais da década de 90 os primeiros textos que abordam esta discussão, nomeadamente através dos contributos de Pinto e Sarmiento (1997) e Soares (1997). Estes são textos inaugurais de uma discussão, na altura, ainda muito emergente, que viria a dar o mote a um percurso gradual de investigação e de intervenção social. Ao longo da primeira década de 2000, foram vários os trabalhos que surgiram a este propósito, podendo destacar-se o trabalho de Fernandes (2005; 2009), que torna visíveis as representações das crianças, com diferentes percursos de vida, acerca do modo como se revêm enquanto sujeitos de direitos. A autora defende no trabalho que é fundamental que no exercício dos direitos sejam considerados de forma interdependente as dimensões da proteção, provisão e participação, de modo a considerar que a criança é um sujeito de direitos, que para além da proteção, necessita também que a sua ação social seja valorizada e respeitada. O trabalho de Tomás (2007; 2011), vem ampliar a reflexão a este propósito, sublinhando que é “significativa a ambiguidade que trespassa o discurso sobre os direitos das crianças e a dificuldade no acesso por parte daqueles que tanto deles precisam não são uma fatalidade, são um desafio para todos aqueles que se interessam pelas crianças e pelos seus direitos” (Tomás, 2011: 127).

Na senda deste desafio foram desenvolvidas investigações circunscritas a contextos específicos de vida das crianças. Desde logo, um conjunto significativo de trabalhos que abordam os direitos de proteção das crianças ditas de *margem*.

A produção de narrativas de vida como estruturantes de visibilização e reconhecimento de voz de crianças em contexto de exclusão constitui o sentido do trabalho teórico de Madeira (2005), sendo esse resgate condição necessária para a construção social dos direitos da criança. Neste domínio, ora tratando da persistente invisibilidade da participação das crianças nos processos de proteção acompanhados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (Mota, 2009), ou da dupla invisibilidade a que estão sujeitas as crianças portadoras de deficiência (Teixeira, 2009), estes trabalhos mobilizam-nos a pensar nos desafios que o sistema de proteção ainda tem de enfrentar e da exigência que se lhe coloca no enfrentamento de imagens de infância marcadas pelo *deficit* que funcionam como mecanismos que alimentam a exclusão. Os adultos de referência na proteção das crianças e na promoção dos direitos são estudados em algumas teses que mobilizam a sociologia da infância com a sociologia da família (Carreira, 2013; Martins, 2016; Oliveira, 2016), destacando a importância da relação interacional e intergeracional na concretização das políticas públicas, especialmente as que se orientam para as crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Há, depois, um conjunto de trabalhos que têm vindo a caracterizar os modos como a participação e a cidadania são consideradas no contexto educativo. Falamos, agora, das crianças-alunos-cidadãos. Ilustrativos de tal são os trabalhos de Nogueira (2009), Brás (2010), Sobral (2007), ou ainda Rebelo (2010), os quais interpelam as práticas que (não) são desencadeadas nas escolas para assegurar as possibilidades de as crianças se assumirem como atores dos processos educativos, das possibilidades de estes se reverterem também enquanto momentos de cidadania ativa de todos os envolvidos, crianças e adultos.

Salientamos nesta dimensão o trabalho já referido de Trevisan (2014), que constrói uma tese acerca da criança enquanto sujeito político. Para tal vai acompanhar os processos de envolvimento e participação política das crianças, desencadeados quer na escola, quer na cidade. O trabalho desenvolvido pela autora permite-nos aceder aos modos pelos quais as crianças são envolvidas em processos de codecisão e de que modo estes são construídos, as suas perceções sobre os impactos e limitações e sobre os modos como desejariam que esta acontecesse. Chega à conclusão de que “é possível considerar que a cidadania infantil se produz num estatuto ambíguo, fragmentário e fortemente dependente de condições estruturais que com elas são ou não criados de modo a favorecê-la e/ou estrangê-la” (Trevisan, 2014: IX). Também Sarmiento (2013b), num texto onde discute a infância contemporânea e a educação infantil a partir dos direitos da criança, defende a exigência de enfrentar o impacto que a ideia mítica da criança universal tem tido no modo como se concebe a educação das crianças, propondo um enfoque que compreenda a infância e a sua educação de uma forma comprometida com os direitos.

Sistematizando, de referir que a partir destes contributos temos vindo a perceber que a institucionalização crescente das crianças, ao longo do século XX, levou a que as suas possibilidades de autonomia e participação ficassem cada vez mais circunscritas e circunstanciais, ou mesmo insularizadas (Zeithor, 2001). O argumento que temos vindo a sustentar a partir destas constatações trazidas pelas pesquisas vai no sentido de reivindicar tempos e espaços para que as crianças se possam assumir como cidadão ativos, quer no espaço privado, quer no espaço público.

3.3. A criança e seus ofícios: o ofício de criança, o ofício de aluno e o trabalho infantil

As propostas de análise dos traços estruturantes desta figura – as crianças e os seus ofícios – colocam-se em geral em torno da discussão entre ofício de aluno e ofício de criança. Este último, consubstanciando-se como um dos conceitos centrais no campo da sociologia da infância, sobretudo por via da influência do património teórico francófono nos anos 90 (Sirota, 1993; Perrenoud, 1995), surge mais tarde em Portugal.

O congresso internacional Os mundos sociais e culturais da infância, que se realizou na Universidade do Minho, em 2000, como já referido anteriormente, marca definitivamente a emergência da sociologia da infância em Portugal e traz precisamente um dos textos de referência da sociologia da infância no país: “os Ofícios da Criança” – de Sarmiento (2000b). É precisamente a defesa da criança enquanto criança e não apenas como aluna, que se tenta confrontar e romper, numa interlocução ainda hoje conflitual, entre dois campos e perspetivas, sobre os lugares e as funções das crianças em contexto educativo, a veterana sociologia da educação e a novata sociologia da infância, que a discussão se produz. Aliás, um dos traços da sociologia da infância em Portugal é também as pontes que estabelece com as ciências da educação e os estudos da infância, e menos com a pedagogia, por exemplo. Alguns dos textos identificados assumem essa natureza multidisciplinar.

Do ponto de vista epistemológico e sociológico, criança e aluno são objetos diferentes e a separação analítica desses dois ofícios é talvez uma das dimensões principais do surgimento e posterior desenvolvimento da sociologia da infância em Portugal. Reside aqui a novidade que os textos trazem para a análise do panorama nacional: a discussão entre os dois ofícios ao contestar a existência da criança somente enquanto aluna e a unidimensionalidade e dicotomia entre ofícios. A defesa da conceção da criança consignada a um lugar social, o da infância, nas suas múltiplas realidades e dimensões contrapõe a visão dominante e assume-se como um pressuposto consensual entre os sociólogos da infância em Portugal.

Outros textos de referência sobre esta sobreposição entre os “dois ofícios” (Rocha, Ferreira e Vilarinho, 2000; Rocha e Ferreira, 2008) defendem a complexidade e simultaneidade de ambos, sobretudo quando se analisa o quotidiano educativo. Não obstante, as lógicas organizacionais tenderem a privilegiar o ofício de aluno, a imagem de criança em trânsito, como agentes do futuro que importa preparar. Num texto mais recente, Sarmiento (2011) reafirma que as mudanças sociais contemporâneas incidem e reconfiguram os próprios ofícios, com especial incidência no recentramento do “ofício de aluno” no “ofício da criança”.

Nos textos referidos, reconhece-se e conceptualiza-se a existência de uma dualidade entre ofícios, por um lado, e orienta-se, por outro, a análise da realidade e os saberes práticos que têm orientado nas últimas décadas o trabalho das crianças nos contextos educativos.

Em suma, podemos identificar um conjunto de quatro traços estruturantes desta figura a partir da literatura científica produzida em Portugal pelos sociólogos da infância: a importância da análise da trajetória socio histórica e político-cultural da infância contemporânea para a produção de uma imagem dominante: ser criança constituiu-se no trabalho de tornar-se pessoa pela passagem da condição de aluna; a tensão permanente entre cultura escolar e culturas infantis, entre o ofício de aluno e o

ofício de criança; o ofício de criança interroga concepções dominantes da criança em contextos concretos de ação educativa; as crianças são seres humanos plenos, do presente e não do futuro, atores sociais, produtores de cultura, dimensões que possibilitam ampliar a análise da escola e das condições de trabalho das crianças na mesma.

Merece, ainda, destaque neste ponto, a referência aos trabalhos produzidos sobre o trabalho infantil. A proibição do trabalho de crianças constitui hoje, à luz dos princípios e normas internacionais e nacionais, uma das exigências nucleares de um Estado de Direito.

Portugal era referenciado na década de 90⁷ do século XX pela comunidade internacional como um país onde existia uma grande incidência de exploração de trabalho infantil. Este fenómeno assumiu-se como um dos temas sobre o qual a sociologia da infância em Portugal dedicou especial atenção. A caracterização do fenómeno e a sua análise concetual é feita, sobretudo dos anos de 2000, a partir da associação do trabalho infantil a práticas de exploração e violação dos direitos das crianças.

À semelhança do que foi feito anteriormente a partir do mapeamento das obras e de autores de referência da sociologia da infância em Portugal, três traços estruturantes emergem: a desocultação das vozes das crianças trabalhadoras infantis; a centralidade na análise de tipos de trabalho infantil; a articulação entre a teoria e os saberes produzidos e a intervenção social e política. Talvez possamos mesmo afirmar que é a dimensão da análise da infância portuguesa onde mais se observa essa relação (Sarmiento *et al.*, 2005; Nascimento, 2008). Relativamente ao primeiro traço, a caracterização da realidade nacional, a avaliação de um programa governamental, o PEETI - Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (Sarmiento *et al.*, 2005) e a análise do trabalho infantil artístico e desportivo (Melro, 2010; Melro e Tomás, 2015), contribuíram para se compreender não só a situação das crianças trabalhadoras mas também o que as próprias sentiam acerca da situação vivenciada. O segundo traço remeta-nos para um conhecimento mais denso sobre determinados tipos de trabalho infantil, como o domiciliário (Sarmiento, Bandeira e Dores, 2000), o agrícola (Nascimento, 2008) ou o artístico (Melro, 2010; Melro e Tomás, 2015). Finalmente, o último traço remete-nos para o contributo da sociologia da infância para repensar o processo de intervenção social e política. O relatório de avaliação do PEETI (Sarmiento *et al.*, 2005) incluía um conjunto de recomendações para melhorar a eficácia da intervenção do referido Plano. O trabalho de Nascimento, que caracterizou a exploração do trabalho infantil em contexto rural em três concelhos do nordeste transmontano e o papel das instituições com responsabilidades na (des)proteção das crianças, apresentou uma “proposta final” (Nascimento, 2008: 291) onde a autora enuncia um conjunto de recomendações à equipa de intervenção social.

Mais recentemente, Sarmiento (2015) potencia uma discussão, nada consensual, sobre a exclusão da categoria “trabalho” da ação das crianças quando estão em contextos educativos, a partir da inclusão de argumentos de alguns movimentos sociais e da sociologia crítica e pós colonial acerca do trabalho das crianças.

⁷ Por Despacho Conjunto nº 79/96 de 2 de Abril de 1996 foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para o Combate ao Trabalho Infantil que se constituiu como o primeiro grupo de trabalho a refletir sobre a problemática do trabalho infantil em Portugal.

3.4. A criança em risco

Falar de crianças em risco exige considerá-las no contexto da sociedade de risco em que vivemos, concordando com Prout (2005) quando afirma que a noção moderna de infância se modifica de acordo com as condições sociopolíticas, culturais, económicas e jurídicas que a produzem. O início deste novo século foi marcado pela crise económica e pelo aumento das desigualdades sociais, sendo as crianças um dos grupos mais atingidos (UNICEF, 2012a; 2012b).

Na senda desta constatação, temos vindo a argumentar que a exclusão social das crianças exige políticas para a infância de alta intensidade, articuladas e eficazes, e ainda que específicas, não podem ser dissociadas das políticas e medidas de âmbito mais geral do combate à exclusão social. É, no entanto, fundamental acautelar a ideia de que o bem-estar das crianças deverá ser ponderado a partir de uma perspetiva geracional.

Ao longo das duas últimas décadas, vários têm sido os trabalhos desenvolvidos a partir da sociologia da infância em Portugal, que têm como denominador comum o tornar visíveis determinados grupos dentro da categoria geracional da infância, que vivem condições adversas no respeito pelos seus direitos de proteção. Para tal têm sido mobilizadas abordagens metodológicas que privilegiam as vozes das crianças neste processo. Das crianças que, dado o contexto socioeconómico em que vivem, sentiram maior impacto da crise económica, àquelas que vivem em contextos residenciais, dado as situações de abuso ou negligência que já enfrentaram, apresentamos em seguida alguns recortes desta diversidade na exclusão.

Do primeiro grupo, relativo aos impactos da crise económica no grupo geracional da infância, salientamos o trabalho de Sarmiento e Veiga, que em 2011, portanto em plena crise económica, reuniu no livro “Pobreza infantil: Realidades, desafios, propostas” um conjunto de reflexões a propósito do gradual agravamento da situação de pobreza das crianças, fenómeno sem precedentes, numa conjuntura anterior de progressiva e gradual diminuição. O mesmo autor, em conjunto com Fernandes e Trevisan, publica, em 2015, um novo texto onde discutem a redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal, mobilizando para tal duas dimensões analíticas: uma de análise de dados gerais sobre as políticas desencadeadas a propósito da situação vivida pelo país no âmbito da troika (equipa composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), com um impacto brutal na diminuição dos direitos sociais e aumento da pobreza e uma outra, que mobiliza as opiniões das crianças, tentando caracterizar a partir dos seus pontos de vista os significados e impactos da crise nas suas vidas. A perspetiva das crianças face ao agravamento da pobreza e às medidas sociais de combate (designadamente o rendimento social de inserção) é estudada por Machado (2013) e Neves (2012), respetivamente. Da análise destes trabalhos é possível retirar contornos de uma figura de uma infância que, sendo vítima de medidas de caráter estrutural, deixa, contudo, de estar invisível, sendo possível caracterizar este fenómeno com muito mais critério, na medida em que se concebe a infância como uma unidade de análise e as crianças como informantes válidos.

Uma segunda figura dentro desta categoria dá conta das crianças que vivem em contextos de acolhimento. A escuta da voz das crianças institucionalizadas constitui-se como a possibilidade da afirmação de uma cidadania ativa, num universo institucional fortemente constritor e que, de outro modo, se pode apresentar como

lugar de vitimação de crianças que já foram vítimas de maus tratos, negligência e/ou abandono. Este tem sido um tema muito trabalhado, especialmente em dissertações de mestrado. Destacamos os trabalhos de Pereira (2013), que procurou compreender os motivos que levam a que as crianças permaneçam em acolhimento residencial por longos períodos de tempo; ou ainda o trabalho de Ferreira (2013) que desoculta as representações e expectativas que as crianças e jovens institucionalizados têm em relação à família biológica; de referir, ainda, o trabalho de Paiva (2012), que estudou o significado que as crianças atribuem a uma instituição de acolhimento, a partir da sua voz, ou ainda o de Santos (2011), que procurou interpretar os discursos das crianças que vivem numa instituição de acolhimento sobre os seus direitos. Dos trabalhos mais recentes, de Cruz (2017) e Martinez (2016), a primeira autora traz uma reflexão sobre as representações que as crianças institucionalizadas trazem acerca da escola e a segunda caracterizou o bem-estar das crianças em acolhimento.

A perspetiva que daqui resulta é a da defesa de uma intervenção transformadora, sustentada no conhecimento, com um designio desinstitucionalizador. Mobilizar a construção de conhecimento acerca da figura da criança em risco é um imperativo ético, político e epistemológico.

3.5. A criança produtora de cultura

As culturas da infância enquanto processos simbólicos que as crianças produzem, nas interações de pares e com os adultos, para significar o mundo, constituem um dos mais importantes contributos da sociologia da infância para a compreensão dos mundos sociais e culturais das crianças. A partir dos contributos pioneiros da antropologia (Hardman, 2011 [1973]), a abordagem sociológica das culturas da infância merece em Portugal a devida atenção. Os principais estudos correspondem à investigação das formas ativas das crianças face às tecnologias de comunicação e informação. Contrariamente à ideia do senso comum de que as crianças são espetadores passivos da produção televisiva e incorporam os comportamentos e (contra)valores induzidos por programas onde se difundem modos de ação violentos e se promove a erotização precoce, Pinto (2000) demonstra, através de um trabalho empírico de grande fôlego, como as crianças interpretam e adequam no quotidiano os programas televisivos, apresentando com frequência pontos de vista críticos sobre o que observam. Como o autor lembra, com muita frequência, mais do que assistir à televisão, as crianças têm a televisão a “assistir” às suas brincadeiras, incorporando-a, ou não, na dinâmica das suas práticas lúdicas, com os seus heróis, sagas e narrativas. Se isso não dispensa a mediação familiar e adulta na relação entre as crianças e a televisão, esta não se justifica pelo facto das crianças serem facilmente colonizadas pelas tecnologias visuais; pelo contrário, é exatamente porque existem formas de resistência interpretativa das crianças às mensagens televisivas que a mediação parental e adulta faz sentido, enquanto potenciadora de juízos críticos e formação de valores pelas crianças. É de facto, na atitude ativa das crianças e não no entendimento corrente da sua passividade presumida que há-de encontrar as formas como as crianças produzem cultura, e como essas culturas são distintas das dos adultos.

A análise das “gramáticas” das culturas da infância é realizada nos ensaios de Sarmiento (2003; 2004; 2007), nos quais se procuram identificar as formas (morfologia), os processos de significação (semântica), as regras de organização interna

(sintaxe) e os protocolos comunicacionais (pragmática) das culturas da infância e se sinalizam os respetivos eixos estruturantes (interatividade, ludicidade, transposição imaginária do real e reiteração). A afirmação das culturas da infância como plurais decorre da constatação de que elas são atravessadas por distintos fatores de formação que decorrem da diversidade dos contextos de socialização infantil (família, escola, comunidade local, país e mundo global, para além da socialização de pares). Precisamente por que as culturas infantis são geradas em relações intra e intergeracionais é que se enuncia a sua possibilidade como culturas autónomas, mas interdependentes, das culturas sociais.

Os estudos das culturas infantis têm-se revelado particularmente fecundos, originando um número significativo de trabalhos.

Entre aquelas investigações que melhor delimitam o campo, importa referenciar o trabalho de Ferreira (2004) acerca da construção da “ordem social das crianças” no jardim de infância, lado-a-lado com a ordem institucional definida e regulada pelos adultos de referência – especialmente as educadoras de infância. Essa ordem social das crianças é marcada pela iniciativa da ação das crianças e pela reconstituição simbólica do espaço onde decorrem as atividades educativas. Este é investido de formas, funções, símbolos e significados que nascem inteiramente da interação das crianças, ainda que estas manifestem ideias, valores e atitudes adquiridas também no convívio com os adultos. A atividade lúdica adquire aqui uma grande centralidade.

Do mesmo teor, a investigação de Saramago (2005) põe em destaque as capacidades criativas e a imaginação simbólica das crianças. O trabalho de Madureira (2010) apresenta as formas inventivas com que as crianças lidam com os livros que para elas são produzidas, muito para além do que imaginariam os autores que os escrevem.

É em busca das raízes da ludicidade infantil e das suas transformações, no tempo e no espaço, que Silva (2011) procura nas memórias, mais remotas ou mais recentes, de quatro gerações – avós, pais, filhos e (bis)netos – os jogos, os brinquedos e as brincadeiras que perfazem quase um século de ludicidade infantil e que vão dos brinquedos construídos com paus e outros elementos da natureza às consolas vídeo e aos jogos de computador. As crianças brincam hoje em espaços mais confinados, com brinquedos mais estruturados mas menos dependentes da inventividade infantil e, finalmente, mais orientados para o uso individual e não interativo (ou só virtualmente interativo). O peso da indústria cultural transforma as condições da infância, mesmo se não anula o impulso criador inerente ao ato de brincar.

O estudo das relações das crianças com a internet e as tecnologias da informação tem sido objeto de vários estudos sociológicos, que vão desde os estudos exploratórios sobre o que as crianças fazem na rede (Barra, 2004), aos estudos de comparação internacional sobre usos e práticas sociais das crianças na internet (Ponte, 2013). Um estudo de grande fôlego, coordenado por Almeida (2008; 2015), apresenta com recurso a um muito significativo número de depoimentos de crianças, o sentido que para elas tem o uso da internet e as suas relações com as atividades educativas e recreativas. Uma vez mais, é o sentido da produção simbólica, que se sobrepõe ao da mera receção passiva, o que prevalece na constatação do importante material empírico coletado.

A figura da criança como produtor cultural, em suma, na variedade dos seus matizes e múltiplas determinações, confirma-se como uma das mais marcantes construções da sociologia da infância.

3.6. A criança cosmopolita

Os textos que remetem para a análise das alterações profundas das sociedades contemporâneas e as suas implicações nas condições de vida das crianças, à escala global, nacional ou local, do estatuto social da infância e do movimento transnacional de luta pelos direitos da criança, esculpem a figura que designamos de criança cosmopolita. Referimo-nos aos trabalhos de Tomás e Fernandes (2004) e Tomás (2011) que criam o conceito cosmopolitismo infantil para caracterizar práticas contra hegemónicas no campo dos direitos da criança, “como o modo mais ilustrativo do espaço da infância no quadro global” (Tomás, 2011: 62) e trazem para a discussão a importância de analisar os processos macroestruturais e as suas implicações para a infância. As autoras consideram importante nesse processo compreender o papel dos movimentos sociais de crianças no contexto da globalização, uma vez que “a luta dos direitos das crianças tem que ser hoje também uma luta global, e que urge repensar as estratégias para proteger e promover os direitos das crianças, e que nessa luta e discussão as crianças sejam consideradas parceiras de pleno direito” (Tomás e Fernandes, 2004: 4).

O texto de Ferreira e Sarmiento (2008) procede a uma crítica aos referenciais políticos e normativos que emanam da União Europeia e à forma como são incorporados nas pesquisas de forma acrítica e de procedimentos epistemológicos que concebem as crianças a partir de pontos de vista adultocêntricos e etnocêntricos. Mais recentemente, dois trabalhos assumem nesta figura particular importância porque caracterizam a situação das crianças portuguesas perante a crise económica. No primeiro, Wall e Almeida procedem à caracterização do impacto da crise económica sobre as crianças portuguesas. No segundo, Sarmiento, Fernandes e Trevisan (2015) refletem também acerca do impacto da crise económica e financeira (2008-2014). De acordo com os autores “as consequências que esta ‘economia global’ tem tido na vida das crianças portuguesas são significativas e acreditamos ser fundamental refletir sobre os modos atuais da estruturação da infância que ela implica” (Sarmiento, Fernandes e Trevisan, 2015: 82).

Os debates recentes sobre a identidade nacional e o currículo, a partir da constatação sociológica de que a sociedade portuguesa se assume como multicultural, têm gerado um maior interesse académico pelas questões associadas à diversidade e à discriminação. Na educação, é visto como acarretando imensos desafios, colocando profissionais de educação perante a necessidade de responderem a uma população escolar diversa, que transporta consigo um conjunto de representações de si, do mundo e dos outros. Não obstante, são residuais os trabalhos que assumem esta problemática na sociologia da infância portuguesa. Quando é reconhecido o lugar que a diversidade ocupa nos discursos legitimadores das relações sociais, quer de opressão e exclusão quer de emancipação e inclusão entre pares (Araújo, 2007) e entre adultos e crianças (Corsaro e Molinari, 2000), a quase ausência de estudos em Portugal que considerem estas dimensões atribui a esta figura um lugar de destaque pela sua ausência, o que remete para a urgência do olhar da sociologia da infância em Portugal discutir estas temáticas. Talvez a única exceção nesta discussão seja em relação ao género. Os trabalhos de Ferreira (2004) e Miranda (2010) contam-se entre os raros estudos nesta área.

Relações sociais entre crianças são trespassadas por questões de racismo, poder e discriminação (Tomás, 2011) muitas vezes desconsideradas pelos adultos, o que

invisibiliza não só o processo de como as crianças ressignificam e negoceiam entre si estas questões, desconsiderando-as assim, atores sociais com direitos, mas também suporta discursos e práticas sociais, políticas, educativas e pedagógicas despolitizadas, acrílicas e descontextualizadas.

Na sociologia da infância em Portugal, em suma, faltam abordagens capazes de perceber a complexidade de atores e interações envolvidas na (re)produção quotidiana do racismo, particularmente com crianças pequenas.

4. Conclusão

A construção do campo teórico da sociologia da infância em Portugal tem duas décadas de existência. Se considerarmos os referenciais com que delimitamos as etapas de vida, ela já saiu da infância mas é ainda um corpo jovem. A sua consolidação está em fase de desenvolvimento, nomeadamente face à sociologia em geral, como de resto acontece em praticamente o mundo inteiro.

No seu percurso tem delimitado uma agenda de pesquisa, que procuramos caracterizar através do recurso ao conceito de figura, enquanto dispositivo retórico que sintetiza determinadas formas de configuração da existência de crianças.

Não referimos neste texto as principais orientações paradigmáticas nem os quadros teóricos em que assentam as investigações. Tampouco referenciamos com detalhe as orientações metodológicas. Uns e outras são caracterizados pela pluralidade e pela abrangência. O desenvolvimento da sociologia da infância em Portugal poderá ocorrer a partir da densificação teórica da sua pesquisa e da clarificação dos diferentes paradigmas em presença. O caráter altamente internacionalizado da produção científica e, sobretudo, a consolidação das relações científicas no interior do seu espaço linguístico são outros tantos pontos de apoio para o futuro do desenvolvimento do campo.

Uma marca de referência é o da articulação da produção do conhecimento com a promoção do bem-estar da criança. Se nem sempre isso é explícito ou sequer pretendido – se, por vezes mesmo predomina o velho preceito weberiano da separação do plano émico do plano ético – a verdade é que o conhecimento da infância é inseparável do questionamento do lugar a partir do qual a investigação é produzida e dos impactos sobre a vida das crianças das pesquisas realizadas. Esse compromisso entre conhecer as crianças e promover os seus direitos é uma via que a sociologia da infância em Portugal não deverá deixar de percorrer.

5. Referências bibliográficas

- Almeida, A. N. (2009). *Para uma Sociologia da Infância*. Lisboa: ICS.
- Almeida, A. N. et al. (1999). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal: relatório final*. Lisboa: ICS/CEJ.
- Almeida, A. N., Delicado, A., Alves, N. A. (2008). *As crianças e a internet: relatório de um inquérito*. Lisboa: ICS/FCG.
- Almeida, A. N. (Coord.) (2015). *Infâncias Digitais*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Araújo, M. (2007). O silêncio do racismo em Portugal: o caso do abuso verbal racista na es-

- cola. En N. L. Gomes (Org.), *Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais* (pp. 77-94). Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Barra, M. (2004). *Infância e Internet: Interações na Rede*. Azeitão: Autonomia27.
- Beck, U., Giddens, A., Lash, S. (1997). *Reflexive modernization: politics tradition and aesthetics in the modern social order*. Cambridge. Polity Press.
- Brás, H. (2010). *Tecendo cidadania(s) no jardim-de-infância: contributos para a participação efectiva das crianças*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Aveiro: UA.
- Burawoy, M. (2005). For Public Sociology. *American Sociologist*, 70(1), 4-28.
- Carreira, M. C. (2013). *Infância invisível e em risco: condições para a parentalidade (des) protectora e intervenção das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* (Tese de Doutoramento não publicada). Lisboa: ISCTE.
- Carvalho, M. J. L. de (2003). *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*. Oeiras: Celta.
- Carvalho, M. J. L. de (2013a). Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Urbanização e Violência na Área Metropolitana de Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 72, 79-101.
- Carvalho, M. J. L. de (2013b). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: FCG.
- Corsaro, W., Molinari, L. (2000). Entering and Observing in Children's Worlds: a Reflection on a Longitudinal Ethnography of Early Education in Italy. En P. Christensen, A. James (Eds.), *Research with children: Perspectives and Practices* (pp. 179-200). London: Falmer Press.
- Cruz, A. (2017). *Representações da escola pelas crianças em medida de acolhimento residencial*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Participação: Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Afrontamento.
- Fernandes, N., Tomás, C. (2016). Infância, direitos e risco(s): velhos e novos desafios identificados a partir da análise dos Relatórios da CNPCJR (2000 e 2010). *Fórum Sociológico*, 29, 21-29.
- Ferreira, M. (2000). *Salvar Corpos, Forjar a Razão. Contributo para uma Análise da Criança e da Infância como Construção Social em Portugal*. Lisboa. IIE.
- Ferreira, M. (2002). 'Crescer e aparecer' ou ...: Para uma sociologia da infância. *Educação Sociedade & Culturas*, 17, 3-12.
- Ferreira, M. (2004). "A Gente Aqui o que Gosta Mais é de Brincar com os Outros Meninos" – *As Relações Sociais num Jardim da Infância*. Porto: Afrontamento.
- Ferreira, T. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados: representações e expectativas em relação à família biológica*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Ferreira, M., Sarmiento, M. J. (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz. *Revista Electrónica de Educação*, 2(2), 60-91.
- Genette, G. (1966-2002). *Figures I – V*. Paris: Ed. du Seuil.
- Hardman, C. (2001). Can there be an Anthropology of Children? *Childhood*, 8, 501-517.
- Honig, M.-S. (2009). How is the Child Constituted in Childhood Studies? En J. Qvortrup, W. A. Corsaro, M.-S, Honig, (Eds.), *The Palgrave Handbook of Childhood Studies* (pp. 62-77). New York: Palgrave.
- Machado, N. (2013). *O lugar da infância em tempos de crise*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Madeira, R. (2005). A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida. *Perspectiva*, 23(1), 79-114.
- Madureira, C. M. (2010). *Nós Queremos Ver Livros'*. *Práticas Sociais das Crianças no Uso*

- do Livro Ilustrado em Contexto de Jardim de Infância* (Tese de Doutoramento não publicada). Porto: UP.
- Marchi, R., Sarmiento, M. J. (2017). *Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: Transições Contemporâneas. Educação e Sociedade*. Unicamp (em publicação).
- Marôpo, L. S. B. (2010). *A Mediação na Construção de uma Identidade de Direitos da Infância: Representações Jornalísticas de Crianças e Adolescentes em Portugal e no Brasil* (Tese de Doutoramento não publicada). Lisboa: UNL.
- Martinez, L. (2016). *O bem-estar das crianças em acolhimento institucional e o trajeto de vida*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Martins, J. R. A. (2016). *Trajectórias de Vida e Integração Social de Jovens Pós-Institucionalizados. Estudos de caso na Casa Pia de Lisboa (2002-2011)* (Tese de Doutoramento não publicada). Lisboa: ISCSP.
- Melro, A. (2004). Trabalho infantil: um fenómeno multidimensional. *Cadernos do Noroeste*, 22(1-2), 151-164.
- Melro, A. (2010). Actividades das crianças e jovens no espectáculo artístico e desportivo: a infância na indústria do entretenimento. *Revista Pedagógica*, 12(24), 9-29.
- Melro, A., Tomás, C. (2015). Um outro olhar sobre a infância na indústria do entretenimento. En M. G. Arroyo, M. A. Viella, M. R. Silva (Orgs.), *Trabalho Infância. Exercícios tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica?* (pp. 215-233). Petrópolis: Vozes.
- Mills, C. W. (1972). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Miranda, P. I. M. (2010). *Processos de Construção Social das Identidades de Género nas Crianças: um estudo de caso com um grupo de pré-adolescentes em Viseu* (Tese de Doutoramento não publicada). Lisboa: ISCTE.
- Mota, D. (2009). *A Participação das Crianças nos Processos de Promoção e Protecção – Estudo de caso uma CPCJ* (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Nascimento, P. (2008). *Caracterização do trabalho infantil em contexto rural*. (Tese de Doutoramento não publicada). Braga: UM.
- Neves, V. (2012). *Crescer beneficiário do rendimento social de inserção: infância e pobreza no concelho de Amares*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Nogueira, V. (2009). *Participação: um direito declarado e (a)guardado - os direitos de participação da criança a partir das vozes das crianças e adultos*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Porto: UP.
- Paiva, W. (2012). *Institucionalização e infância: Vivências e representações das crianças*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Pereira, L. (2013). *Infâncias enredadas: retratos do acolhimento prolongado em Portugal*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Pinto, M. (1997). A Infância como construção social. En M. Pinto, M. J. Sarmiento (Orgs.), *As Crianças: Contextos e Identidades* (pp. 31-73). Braga: IEC/UM.
- Pinto, M. (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto. Afrontamento.
- Pinto, M., Sarmiento, M. J. (Orgs.) (1997). *As Crianças: Contextos e Identidades*. Braga: IEC/UM.
- Ponte, C. (2005). *Crianças em Notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico*. Lisboa: ICS.
- Ponte, C. (2013). *Crianças e Media: Pesquisa Internacional e Contexto Português, do séc. XIX à Atualidade*. Lisboa: ICS.
- Prout, A. (2005). *The future of childhood*. London: Falmer Press.
- Rebello, M. (2010). *A participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Aveiro: UA.

- Rocha, C., Ferreira, M., Vilarinho, M. E. (2000). Para uma sociologia da infância ao serviço de uma cidadania participativa das crianças. Em APS (Org.), *Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra: APS.
- Rocha, C., Ferreira, M. (2008). As crianças na escola e a reconstituição do seu ofício como alunos/as: Análise da produção académica nacional (1995-2005): Campos disciplinares, instituições e temáticas. Comparências, ausências e prelúdios. *Investigar em Educação*, 6/7, 17-126.
- Samagaio, F. (2017). *Pobreza e Exclusões – mundos plurais, olhares singulares*. Porto. Editora Sílabas e Desafios.
- Santos, S. (2011). *Olhares das crianças institucionalizadas sobre os seus direitos: “Poder escolher se queria vir para aqui ou não e não me deixaram dizer, não respeitaram” (Marta, 12 anos)*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Saramago, S. (2005). *O Protagonismo das Crianças*. (Tese de Doutoramento não publicada). Lisboa: ISCTE.
- Sarmiento, M. J. (2000a). *Lógicas de Acção nas Escolas*. Lisboa: IIE.
- Sarmiento, M. J. (2000b). Os Ofícios da Criança. Vários (Prg.). *Os mundos sociais e culturais da infância*. Congresso Internacional - Actas vol. II. Braga: IEC/UM.
- Sarmiento, M. J. (2003). Imaginário e Culturas da Infância. *Cadernos de Educação*, 21, 51-69.
- Sarmiento, M. J. (2004). As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade. Em M. J. Sarmiento, A B. Cerisara (Orgs.), *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação* (pp. 9-34). Porto: Asa.
- Sarmiento, M. J. (2007). Interculturalidade nas Culturas Infantis. Em L. Dornelas (Org.), *Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância* (pp. 19-40). Petrópolis: Vozes.
- Sarmiento, M. J. (2011). A reinvenção do ofício de aluno e de criança. *Atos de Pesquisa em Educação*, 6(3), 581-602.
- Sarmiento, M. J. (2013). A sociologia da infância e a sociedade contemporânea. Desafios conceituais e praxeológicos. Em R.T. Ens, M. C. Garanhani (Orgs.), *Sociologia da Infância e a Formação de Professores* (pp. 13-46). Curitiba: Champagnat.
- Sarmiento, M. J. (2013). Infância contemporânea e educação infantil: uma perspectiva a partir dos direitos da criança. Em M. A. Salmazé, O. Almeida (Eds.), *Primeira infância no século XXI – o direito das crianças de viver, brincar, explorar e conhecer o mundo* (pp. 131-148). Campo Grande: Oeste.
- Sarmiento, M. J. (2015). “O trabalho das crianças é na escola”: debates e controvérsias sobre trabalho infantil e a educação como trabalho. Em M. G. Arroyo, M. A. Viella, M. R. Silva (Orgs.), *Trabalho Infância. Exercícios tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica?* (pp. 55-82). Petrópolis: Vozes.
- Sarmiento, M. J., Bandeira, A., Dores, R. (2000). *Trabalho domiciliário infantil: um estudo de caso no Vale do Ave*. Lisboa: MTS.
- Sarmiento, M. J., Fernandes, N., Trevisan, G. (2015). A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal. Em F. Diogo, A. Castro, P. Perista (Orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal* (pp. 81-101). V. N. Famalicão: Húmus.
- Sarmiento, M. J., Meira, E., Neiva, O., Ramos, A., Costa, A. (2003). A Escola e o trabalho em tempos cruzados. Em M. Pinto, M. J. Sarmiento (Coords.), *As crianças: Contextos e identidades* (pp. 265-293). Braga: IEC/UM.
- Sarmiento, M. J., Pigueiro, J., Ferreira, J., Peixoto, R. (2015). *Tecer a Prevenção em Vila Verde*. Vila Verde: CPCJVV.

- Sarmiento, M. J., Veiga, F. (2011). *Pobreza Infantil – realidades, desafios e propostas*. V. N. Famalicão: Húmus.
- Sarmiento, M. J. (Coord.), Tomás, C., Melro, A., Fernandes, P. (2005). *Avaliação externa do Plano para a Eliminação da exploração do Trabalho Infantil (PEETI) – Dinâmica Institucional e Acção Sócio-Educativa. Relatório Final*. Lisboa: PEETI.
- Silva, A. N. (2011). *Jogos, Brinquedos e Brincadeiras: Trajetos Intergeracionais*. Vila Verde: Athaca.
- Silva, S. (2009). *Famílias de risco, crianças de risco?: representações das crianças acerca da família e do risco*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Braga: UM.
- Sirota, R. (2012). L'enfance au regard des Sciences sociales. *AnthropoChildren*, 1, 1-20.
- Soares, N. F. (1997). Direitos da Criança: Utopia ou realidade? Em M. Pinto e M. J. Sarmiento (Orgs.), *Crianças: contextos e identidades* (pp. 75-112). Braga: UM.
- Teixeira, C. (2009). *A face oculta da deficiência mental: narrativas sobre os direitos das crianças. Uma análise a partir da sociologia da infância*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Porto: UP.
- Tomás, C. (2011). “*Há muitos mundos no mundo*”. *Cosmopolitismo, Participação e Direitos da criança*. Porto: Afrontamento.
- Tomás, C. (2012). Direitos da criança na sociedade portuguesa: qual o lugar da criança? *Da Investigação às Práticas*, II(1), 118-129.
- Tomás, C., Fernandes, N. (2004). O cosmopolitismo infantil: uma causa (sociológica) justa. APS (Org.), *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Actas do V Congresso Português de Sociologia. Braga: APS.
- Tomás, C., Fernandes, N. (2012). *Comments on the reports of the Committee on the rights of the child – Portugal*. Barcelona: Huygens.
- Torres A. (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*. Lisboa: CIES-ISCTE.
- Trevisan, G. (2014). “*Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós*”. *Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade*. (Tese de Doutoramento não publicada). Braga: UM.
- Wall, K. (1998). *Famílias no Campo. Passado e Presente em duas Freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: D. Quixote.
- Wall, K., Almeida, A. N. (2013). *As Crianças e a Crise em Portugal. Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais*. Lisboa: Comité Português UNICEF.
- Weber, M. ([1922] 2004). *Economia e Sociedade - Volume I. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- UNICEF (2012a). *The State of the world children 2012*. New York: UNICEF.
- UNICEF (2012b). *Measuring Child Poverty: New league tables of child poverty in the world's rich countries*. Innocenti Report Card 10. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre.
- Zeithner, H. (2001). Children's islands in space and time: The impact of spatial differentiation on children's ways of shaping social life. Em M. du Bois-Reymond, H. Sunkel, H. Kruger (Eds.), *Childhood in Europe* (pp. 139-160). New York: Peter Lang.